

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



POLÍCIA MILITAR
DISTRITO FEDERAL

PLANO DIRETOR DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

2024 - 2027

1ª Edição
Brasília - DF

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR

COMANDANTE-GERAL DA PMDF
ANA PAULA BARROS HABKA - CEL QOPM

SUBCOMANDANTE-GERAL DA PMDF
FABRÍCIO BOECHAT DE CAMARGOS - CEL QOPM

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA PMDF
ROMULO FLÁVIO MENDONÇA PALHARES - CEL QOPM

Comissão de Estado-Maior nº 01/2024 - Elaboração dos novos Planos Diretores

MEMBROS:

TC QOPM Michel Ribeiro Sá Costa
TC QOPM Armando Vale Soares Silva
TC QOPM Eduardo Ferreira Coelho
MAJ QOPM Leandro Barbosa de Lima
MAJ QOPM Gabriel de Oliveira Jorge
MAJ QOPM Rodrigo de Lima Costa Casas
MAJ QOPM Luiz Felipe Tavares Cavalcanti
MAJ QOPM João Camilo Miranda Camargos
MAJ QOPM Regiane Borges de Moraes
MAJ QOPM Bruno Cesar Prado Soares
MAJ QOPM Dyego Cormick Lima
MAJ QOPM Luiz Fernando Fonseca
MAJ QOPM Renato Cezário Guimarães
MAJ QOPM Adriano Luis Lima da Silva

Suplentes:

MAJ QOPM Fagner de Oliveira Dias
MAJ QOPM Cidjan Santarém Brito
MAJ QOPM Hildon César Fernandes Moura
MAJ QOPM Diony Ferreira da Silva
MAJ QOPM Oscar Calcagno Fettermann
CAP QOPM Frederico Braga Constantino
CAP QOPM Lucas da Silva Milhomem
CAP QOPM Juliana Denise Santana de Moura
CAP QOPM Hellen Priscila Sene de Oliveira

EQUIPE TÉCNICA

CAP QOPM Juliana Denise Santana de Moura Souto
1º SGT RR Divano de Oliveira Melo
2º SGT QPPMC Mychael Gonçalves
2º SGT QPPMC Bruno Alves Reis
2º SGT QPPMC Silvana Martins Barreto de Abreu
2º SGT QPPMC Renato Ribeiro da Conceição

REVISÃO

SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

1º SGT PM RR SAMUEL PEREIRA DA SILVA
2º SGT QPPMC FÁBIO NEY KOCH DOS SANTOS

FOTO DA CAPA

3º SGT QPPMC MATEUS MILHOMEM CÂNDIDO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



POLÍCIA MILITAR
DISTRITO FEDERAL

PLANO DIRETOR DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

2024 - 2027

1ª Edição
Brasília - DF

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) vem aprimorando suas diretrizes de gestão estratégica desde 2009, com avanços significativos em 2011, quando consolidou parcialmente esse processo. Buscando excelência gerencial e alinhamento com as melhores práticas adotadas em organizações similares, a Corporação lançou seu Plano Estratégico, com foco nas demandas do cidadão e da sociedade. Esse documento orienta as ações estratégicas, promovendo eficiência administrativa e maior aproximação entre a PMDF e a comunidade.

O Plano Estratégico representou apenas o primeiro ciclo desse processo, que segue em constante aprimoramento. Para garantir sua continuidade e disseminação por toda a Corporação, a PMDF revisou e desdobrou, em 2014, seu planejamento estratégico em Planos Diretores voltados a áreas administrativas e operacionais, além de instituir a gestão de riscos institucionais por meio do Plano de Risco da PMDF (Portaria PMDF nº 916, de 1º de agosto de 2014).

A gestão administrativa eficaz exige revisões periódicas e monitoramento contínuo do ambiente organizacional, garantindo adaptação a novas tendências e desafios. No entanto, esse processo de autocrítica demanda rigor metodológico e embasamento científico. Dessa forma, a PMDF segue aperfeiçoando sua gestão estratégica, assegurando o planejamento estratégico, tático e operacional de suas ações.

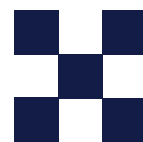
Nesta nova fase, o foco está na elaboração de Planos Diretores para áreas ainda não contempladas e na revisão dos existentes, garantindo que esses documentos gerenciais sejam ferramentas eficazes para o alcance dos objetivos estratégicos da Corporação. Além disso, será estabelecida uma metodologia



padronizada para a elaboração de Planos Diretores, permitindo sua replicação sempre que um novo ciclo de planejamento for iniciado.

Um dos principais avanços desta etapa é conferir aos Planos Diretores um caráter mais prático e aplicável, combinando características táticas e operacionais, como a priorização de iniciativas e a definição clara de setores responsáveis. Essa inovação resulta tanto da análise dos Planos Diretores anteriores quanto de benchmarking com metodologias consagradas, como o Guia de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), normatizado pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP).

O SISP, instituído para organizar, supervisionar e coordenar os recursos de informação da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, serviu como base metodológica para o aperfeiçoamento dos Planos Diretores da PMDF. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), vinculada ao Ministério da Economia, tem papel central na normatização e coordenação das ações do sistema. O modelo do PDTI foi adaptado e incorporado ao contexto da PMDF, garantindo uma abordagem estruturada e eficiente para a elaboração e revisão dos Planos Diretores.



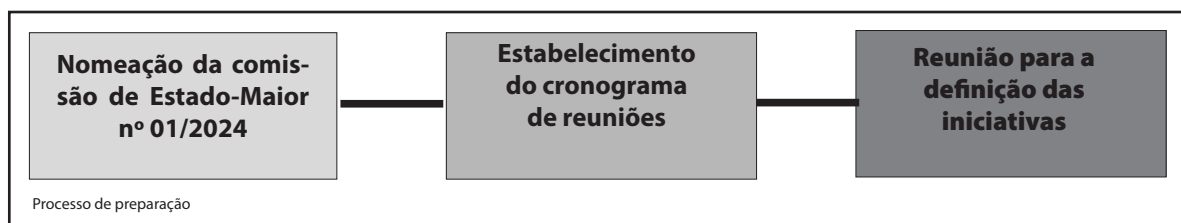
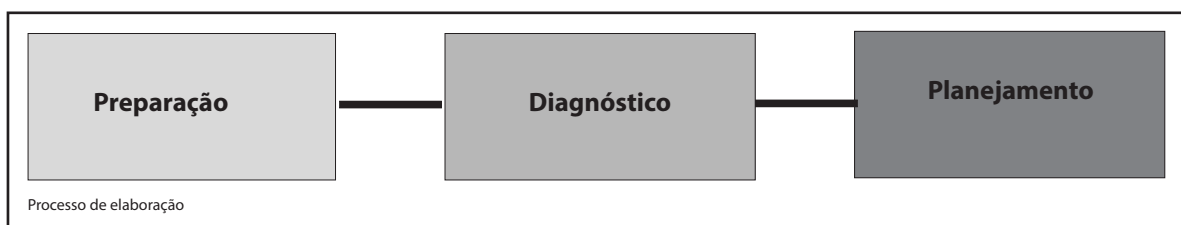
MÉTODO APLICADO PARA ELABORAÇÃO





A metodologia empregada teve por fundamento a Portaria PMDF nº 1.204, de 04 de agosto de 2021 (que institui os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do processo de planejamento em nível estratégico, tático e operacional na PMDF e dá outras providências) e utilizando os modelos constantes do seu anexo.

Os processos da metodologia empregada estão definidos e organizados nas fases de preparação, diagnóstico e planejamento, conforme ilustração abaixo:





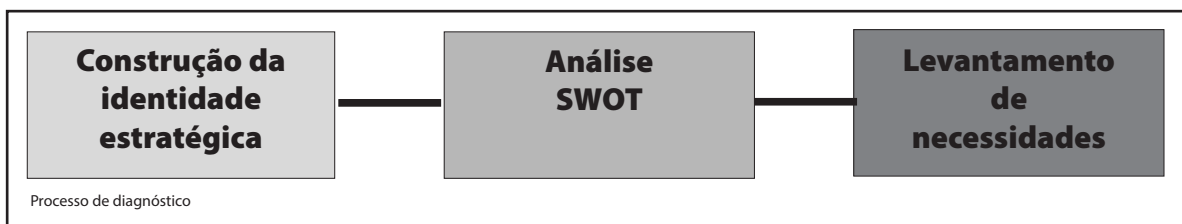
Na fase de preparação, nomeou-se membros da Comissão nº 01/2024, por meio da Portaria de Estado-Maior de 26 de janeiro de 2024.

A comissão iniciou o trabalho com reuniões de seus membros para realizar o diagnóstico sobre o negócio e o ambiente que o cerca e em relação às iniciativas estratégicas previstas no PDPSP 2020-2023, classificadas com o status “concluído”, “contínuo”, “em andamento”, “não iniciado”, “parado” e “cancelado”.

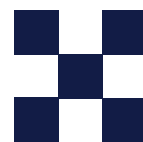
Considerou-se as metas vinculadas aos eixos constantes do Plano Estratégico da PMDF 2023-2034 e, por meio da aplicação de uma Matriz SWOT, definiu-se os enunciados: Negócio, Missão, Visão, Valores, Fatores Críticos de Sucesso e Políticas Corporativas.

A metodologia empregada, inspirada no referencial teórico do Balanced Scorecard (BSC) e descrita na Portaria PMDF nº 1.204/2021, subdivide os objetivos, estratégias e iniciativas estratégicas nas seguintes perspectivas:

- Perspectiva Financeira: baseada no orçamento disponível para investimentos em infraestrutura e outras necessidades para garantir a eficiência das políticas de segurança pública;
- Perspectiva do Aprendizado e Crescimento: enfoca o desenvolvimento de habilidades, competências e capacidades dos colaboradores envolvidos nas atividades de políticas de segurança pública;
- Perspectiva dos Processos Internos: concentra-se nos indicadores relacionados à eficiência e eficácia dos processos que garantem o desenvolvimento de políticas de segurança pública na PMDF;
- Perspectiva da Sociedade: considera os objetivos estratégicos finais da PMDF e voltados para a sociedade. Com a consecução dos demais objetivos do PDPSP, os objetivos estratégicos da Corporação terão maior probabilidade de sucesso.



O diagnóstico realizou-se com base em informações e dados fornecidos pelo Centro de Políticas de Segurança Pública.



IDENTIDADE ESTRATÉGICA





Em agosto de 1992, por meio de uma parceria entre o Consulado dos Estados Unidos e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), integrantes do Drug Abuse Resistance Education America (D.A.R.E.) vieram ao Brasil para capacitar policiais militares do RJ em um curso, ocasião a partir da qual implementou a versão, em língua portuguesa, do D.A.R.E., que foi intitulado “Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

Por sua vez, em 1997, quatro policiais militares do Distrito Federal – DF (Major QOPM Moreira, 1º Tenente QOPM Sousa Lima, 2º Sargento QPPMC Mazocante e 3º Sargento QPPMC Nunes Barros) foram convidados para participar do 1º Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).

Após a conclusão do curso e o retorno à Brasília, três destes policiais militares, que trabalhavam no 6º Batalhão de Polícia Militar (responsável, exclusivamente, pela execução do policiamento no perímetro escolar das unidades de ensino do DF, atualmente denominado Batalhão de Policiamento Escolar – BPEsc), realizaram uma seleção com policiais militares deste batalhão com vistas à realização do primeiro curso de formação de instrutores PROERD em Brasília.

Assim, quando da sua implantação no DF, a qual ocorreu em 1998, o PROERD – o qual consiste em um esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a escola e a família para prevenir o uso de drogas e a prática de atos de violência entre estudantes dos ensinos fundamental e médio, bem como nas comunidades – era coordenado e executado pelo 6º BPM (“Batalhão Escolar”).

Por seu turno, o Programa de Educação Ambiental Lobo Guará (PREALG), que é desenvolvido pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) com vistas a promover, mediante a prática da educação ambiental, a prevenção primária de crimes ambientais, como estratégia para o fortalecimento da Política Distrital de Segurança Pública, foi instituído na PMDF em 30/09/2003 e teve as suas origens no Grupo de Teatro Ecologia, criado, em 1988 por valorosos policiais militares lotados na antiga Companhia de Policiamento Florestal (CPFlo), hoje BPMA.



Por meio da Portaria PMDF nº 509/2006 instituiu-se, no âmbito da PMDF, o Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (GEPET), cuja coordenação executiva é realizada pelo Comando de Policiamento de Trânsito (CPTran) e que, por intermédio das ações educativas e lúdicas realizadas pelo Teatro Rodovia e pelo Guardiões do Trânsito, ensina normas e procedimentos de prevenção e segurança no trânsito e promove a prevenção às infrações de trânsito.

Em 2006, a coordenação geral do PROERD, do PREALG e do GEPET, programas sociais preventivos de segurança pública desenvolvidos no âmbito da Corporação e de cursos, planejamentos estratégicos e operacionais e das diretrizes de aplicação das atividades a eles afetas (eventos sociais e educacionais, critério de atendimento e coordenação pedagógica do efetivo de instrutores), estava a cargo do Chefe do Estado-Maior da PMDF por intermédio da Coordenação de Programas e Projetos Especiais (CPPE), embrião do que viria a se tornar, hodiernamente, o Centro de Políticas de Segurança Pública.

Em 2007, por meio da Portaria PMDF nº 557, de 03 de abril, criou-se o Núcleo da Diretoria de Ações Preventivas e Integração Social (NDAPIS), subordinado ao Gabinete do Comandante-Geral incumbindo este núcleo de coordenar os mencionados programas.

Neste mesmo ano, mediante a Portaria PMDF nº 584, de 04 de dezembro, o NDAPIS passou a ser designado Centro de Programas Comunitários e Ações Sociais (CPCAS), ampliando-se, assim, a competência desta unidade, a qual, além de continuar coordenando os programas citados, passou a coordenar as atividades de polícia comunitária a serem executadas pelas unidades operacionais, a qual é voltada não apenas para o atendimento de ocorrências, mas também para a prevenção criminal, com ênfase na prevenção primária que trata da adoção de medidas de proteção específicas para evitar que o crime se manifeste.

A polícia comunitária, que promove a integração dos esforços da polícia e da comunidade na tentativa de eliminar as causas da violência e do crime, se ocupa dos fatores de risco com vistas a reduzir a exposição de grupos populacio-



nais a riscos e a fortalecer mecanismos protetores. Tais ações refletem diretamente na qualidade de vida da comunidade e é essencial para esta prevenção.

Em 2009, criou-se a Assessoria de Polícia Comunitária subordinada ao Estado-Maior, a qual assumiu as competências do extinto CPCAS para implementar e difundir a filosofia de Polícia Comunitária e coordenar as ações sociais de prevenção.

Por sua vez, em 2010, por meio do Decreto Distrital nº 31.793, de 11 de junho, criou-se, na estrutura organizacional da PMDF, o Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (CPCDH), órgão de apoio ao Comando-Geral.

Tendo como um de seus valores o respeito aos direitos humanos e como uma de suas prioridades o fortalecimento da abordagem comunitária de polícia, a PMDF, como instituição a serviço da cidadania em uma de suas demandas mais básicas, a Segurança Pública, adota a filosofia de polícia comunitária como meta a ser atingida para assegurar o melhor atendimento ao cidadão-usuário e, simultaneamente, não ultrapassar os limites de sua atuação diária no que concerne à proteção das pessoas.

A promoção dos direitos humanos é condição indispensável para a garantia de uma sociedade justa e democrática. Nesse sentido, a polícia militar, por ser ostensiva e preventiva, é uma das instituições mais próximas do cidadão em situação de violência. Assim, tem o dever de pautar todas as suas ações respeitando a dignidade da pessoa humana.

O policial, em razão da natural autoridade moral que porta, tem o potencial de ser o promotor dos direitos humanos, sendo um importante agente de transformação social. Nesse sentido, para o policial promotor dos direitos humanos, não é suficiente prevenir, abordar, prender e/ou conduzir pessoas. É indispensável que todas as suas ações sejam realizadas de forma correta, ética, íntegra, responsável e em conformidade com as leis e a cidadania.

Nesse sentido, capacitar os policiais militares da PMDF quanto às ações de pro-



moção, proteção e defesa dos direitos humanos em todas as suas dimensões, sejam elas jurídicas, administrativas, interpessoais ou operacionais, é de extrema relevância para embasar e fortalecer a sua atuação profissional.

O CPCDH, além de assessorar o Comando-Geral da Corporação na implementação e consolidação da filosofia de polícia comunitária e de direitos humanos, bem como o desenvolvimento de programas sociais preventivos de segurança pública voltados para a comunidade, coordenando programas como o PRO-ERD, o PREALG e o GEPET, passou também a coordenar o Programa “Educação para Cidadania e Segurança” (EDUCS).

Os intentos em se abordar a segurança pública sob o prisma da prevenção ensejaram a utilização de estratégias de aproximação que corrigissem as fragilidades do modelo de atuação repressivo utilizado, até então, como única resposta interventiva.

O EDUCS iniciou as suas atividades no 8º Batalhão de Polícia Militar, em Ceilândia, por intermédio do projeto denominado “Além de Ler”, voltado à educação de jovens e adultos, e pouco tempo depois, focaram em ações preventivas direcionadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar.

Isso porque, devido ao estreitamento do contato com a população em decorrência do vínculo de confiança proporcionado pelo projeto “Além de Ler”, as pessoas que dele participavam começaram a fazer denúncias da ocorrência de crimes em geral, em especial, de situações de violência doméstica e familiar.

Assim, à medida que as denúncias de crimes eram feitas, os casos passaram a ser atendidos, privilegiando-se as ocorrências de violência doméstica pela maior frequência com que ocorriam e pelas implicações negativas que estes casos produzem nas famílias.

Em 2011, compreendendo a complexidade e o crescimento do fenômeno da violência doméstica no Distrito Federal, a PMDF capacitou quarenta policiais militares na temática para alocá-los em diferentes unidades policiais militares



(UPMs) para a implementação do EDUCS em mais 10 (dez) regiões administrativas (RAs), as quais foram selecionadas a partir de critérios estatísticos, ou seja, pelo número elevado de ocorrências de violência doméstica que apresentavam.

A princípio, o EDUCS foi regulamentado pela Portaria PMDF nº 531/2006, passando, em 2013, a ser tratado pela Portaria PMDF nº 885, a qual foi revogada pela Portaria PMDF nº 926/2014, tendo, entretanto, permanecido o nome EDUCS (Educação para Cidadania e Segurança).

Diante de uma nova conjuntura, com uma concepção mais alinhada à realidade social e em consonância com a evolução do enfoque dessa estratégia de prevenção de crimes, apoiada pela legitimidade das atividades desenvolvidas, bem como pela necessidade de se conferir real identidade às ações executadas pelo EDUCS, em 24 de outubro de 2014, a PMDF alterou a sua nomenclatura para Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID), que consolidou essa mudança por intermédio da Portaria PMDF nº 985/2015.

Considerando o crescimento das demandas afetas ao PROVID, a Divisão de Polícia Comunitária do então CPCDH passou a ser denominada Divisão de Polícia Comunitária e PROVID com a publicação do Decreto Distrital nº 37.321/2016, o qual também alterou a denominação desse Centro para Centro de Políticas Públicas (CPP), subordinado ao Comandante-Geral e responsável por planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades relativas ao trato de políticas públicas no âmbito da Corporação e assessorar o Comando-Geral no desenvolvimento de programas sociais preventivos de segurança pública e na implementação e consolidação das políticas relacionadas, dentre outras, à igualdade racial e de gênero, à Agenda Ambiental e à filosofia de polícia comunitária e de direitos humanos.

Ademais, em decorrência da implantação, em 2019, do Projeto do GDF “Escolas de Gestão Compartilhada”, coube ao CPSP realizar a gestão disciplinar dos Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal (CCMDFs) sob a administração compar-



tilhada entre a PMDF e a Secretaria de Educação do Distrito Federal por meio da atuação de efetivo da UPM classificado na então Seção de Colégios Cívico-Militares e subunidades subordinadas (Direções Disciplinares dos Colégios Cívico-Militares CED 01 da Estrutural; CED 03 de Sobradinho; CED 07 de Ceilândia; CED 308 do Recanto das Emas; CED 01 do Itapoã; e CED Estância III de Planaltina), perdurando essa missão, afeta sobremaneira à atividade-fim da Corporação, sob o encargo deste Centro até março de 2023, quando foi transferida para o BPesc, juntamente com o efetivo e os meios materiais nela empregados.

Por sua vez, tendo em vista que a PMDF trata de políticas públicas voltadas à sua área de competência, a segurança pública, tomando decisões com vistas à preservação e ao restabelecimento da ordem pública e da paz social mediante a definição de objetivos e estratégias de atuação e de alocação de recursos públicos, o CPP passou, com a edição do Decreto Distrital nº 41.167/2020, a ser designado Centro de Políticas de Segurança Pública, órgão de apoio que já foi subordinado ao Subcomandante-Geral e que, atualmente, com a alteração do referido decreto pelo Decreto Distrital nº 45.872, de 05 de junho de 2024, passou a ser subordinado ao Comando de Policiamento Especializado, incumbindo ao citado Centro assessorar na implementação e consolidação das políticas de segurança pública e no desenvolvimento de programas sociais preventivos voltados à sociedade.

Em 2021, com o intuito de, mais uma vez, aperfeiçoar as diretrizes que orientam o policiamento PROVID, a Portaria PMDF nº 985/2015 foi revogada pela Portaria PMDF nº 1.174, de 15 de abril daquele ano, tendo essa política de segurança pública, em decorrência do seu êxito e da visibilidade alcançada, sido legalmente consolidada no âmbito do Distrito Federal mediante a Lei Distrital nº 6.872, de 24 de junho de 2021.

Tal policiamento é respaldado também no artigo 226, § 8º, da Constituição Federal; na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).



Detalhando as competências do CPSP, o Regimento Interno do Departamento de Operações ressalta que cabe à mencionada UPM assessorar no desenvolvimento, na implementação e na consolidação das políticas de segurança pública relacionadas, dentre outras, à promoção dos direitos humanos e da polícia comunitária, à redução da violência contra grupos em situação de vulnerabilidade e à atuação em programas e ações sociais preventivos de segurança pública.

Em razão dos comandos normativos supracitados, o CPSP realiza, em suma, a coordenação geral técnica do policiamento PROVID e dos programas sociais preventivos de segurança pública, regulamentados, no âmbito da PMDF, por meio da Portaria PMDF nº 1.325, de 22 de setembro de 2023, e auxilia a corporação no estabelecimento e na disseminação de normas e estratégias voltadas à promoção dos direitos humanos e à polícia comunitária, a exemplo da Rede de Proteção Comunitária, cabendo-lhe propor a atualização contínua de diretrizes, planos, procedimentos e ordens referentes à sua alçada.

NEGÓCIO

Planejamento, desenvolvimento, orientação e acompanhamento de políticas de segurança pública institucionais direcionadas à prevenção criminal.

MISSÃO

Desenvolver, implementar e consolidar as políticas preventivas de segurança pública por meio da promoção dos Direitos Humanos e da filosofia de Polícia Comunitária.

VISÃO

Ser reconhecido na PMDF e junto aos demais atores sociais como referência consultiva na implementação de políticas de segurança pública.

VALORES

- Excelência técnico-profissional e científica;
- Ética e probidade;
- Fomento dos Direitos Humanos;



- Promoção da filosofia de polícia comunitária;
- Dedicação na defesa da sociedade.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

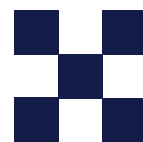
- Disponibilidade de recursos humanos em quantidade adequada, capacitados e motivados;
- Seleção, treinamento, desenvolvimento e retenção de talentos;
- Destinação orçamentária compatível com as demandas idealizadas;
- Utilização de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação modernas;
- Parcerias com as diversas instituições, organizações e agências de políticas públicas;
- Sensibilização dos atores da organização;
- Aprimoramento da comunicação das políticas de segurança pública para o fortalecimento da identidade e da imagem corporativas;
- Inserção de disciplinas e/ou conteúdos relacionados às temáticas sob a responsabilidade do Centro de Políticas de Segurança Pública nos cursos da Corporação;
- Consolidação das ações de prevenção primária e secundária como estratégias da Corporação para os problemas de segurança pública;
- Ampliação do atendimento do Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID) e dos programas sociais preventivos de segurança pública institucionalizados.

POLÍTICAS CORPORATIVAS

- Aprimoramento da gestão de estratégias de polícia comunitária, do Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID) e dos programas, projetos e ações sociais preventivos de segurança pública com base na gestão inteligente dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos e orientado aos processos finalísticos da Corporação (ênfase no negócio);
- Utilização e/ou desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à atividade de segurança pública, a exemplo de ferramentas de diagnóstico e de monitoramento das ações preventivas para a aferição da efetividade.



- de das estratégias e da opinião pública quanto à imagem institucional;
- Utilização de soluções tecnológicas aplicadas ao monitoramento, controle e desempenho das atividades exercidas pelo CPSP;
 - Ampliação das estratégias de aproximação com a sociedade;
 - Estímulo ao público interno e a outras partes interessadas quanto à adoção de práticas éticas e de respeito aos Direitos Humanos e às garantias individuais e coletivas;
 - Integração com as diversas esferas governamentais e atores sociais na área de políticas de segurança pública para a adoção das melhores práticas existentes;
 - Alinhamento às diretrizes nacionais e distritais de segurança pública;
 - Capacitação continuada dos policiais militares;
 - Integridade nos processos de gestão; Promoção da comunicação organizacional para o fortalecimento da identidade e da imagem corporativa;
 - Promoção da comunicação organizacional para o fortalecimento da identidade e da imagem corporativa.

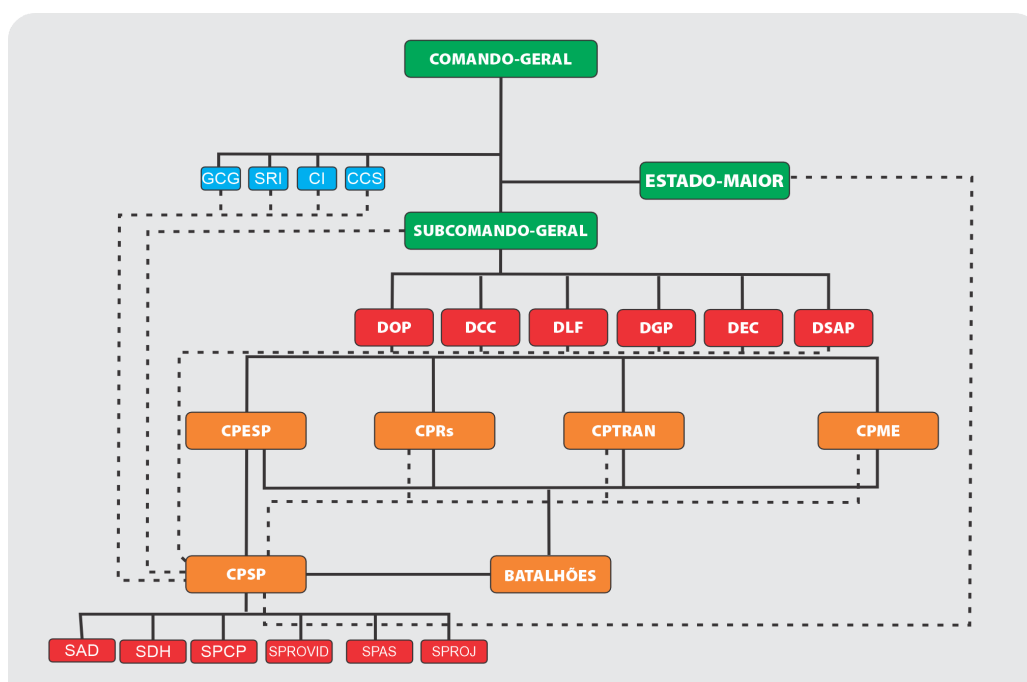


ORGANIZAÇÃO DO ÓRGÃO / DEPARTAMENTO

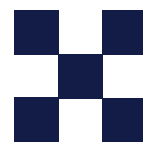


A estrutura organizacional da corporação adota os modelos de arquiteturas funcional e departamental compondo-se do Comando-Geral, Órgãos de Apoio e Órgãos de Execução. O Comando-Geral da PMDF compreende: o Comandante-Geral, o Subcomandante-Geral, o Estado-Maior (órgão de planejamento estratégico), os Departamentos (órgãos de direção-geral), as Diretorias (órgãos de direção setorial) e as Comissões.

O CPSP, órgão de apoio subordinado ao Comando de Policiamento Especializado, é responsável pelo assessoramento no desenvolvimento, na implementação e na consolidação das políticas de segurança pública relacionadas, dentre outras, à promoção dos Direitos Humanos e da polícia comunitária, à redução da violência contra grupos em situação de vulnerabilidade e à atuação em programas, projetos e ações sociais preventivos de segurança pública.



Organograma do CPSP



DIAGNÓSTICO





MATRIZ SWOT

Realizado por meio da análise SWOT, método muito utilizado para diagnósticos organizacionais, que é composto pela sigla em inglês para Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Consiste na realização de um diagnóstico completo sobre o negócio e o ambiente que o cerca para que a gestão tenha embasamento para formular suas estratégias de gestão e marketing com mais segurança. O resultado da análise gerou uma matriz SWOT utilizada como base para estabelecimento dos objetivos, estratégias e iniciativas estratégicas dos Planos Diretores da PMDF.



Ordem	Iniciativas Estratégicas do PDPSP (2020-2023)	Status
2.1.7	Garantir que o Centro de Políticas de Segurança Pública tenha uma sede própria.	Concluído
8.1.5	Apoiar o desenvolvimento do ensino básico no Distrito Federal, articulando, junto à Secretaria de Educação do Distrito Federal, iniciativas que permitam o desenvolvimento contínuo de programas sociais educacionais e a colaboração da PMDF na administração disciplinar da <u>gestão educacional de escolas com alto índice de vulnerabilidade</u> .	Contínuo
1.1.1	Buscar fontes de financiamento das Políticas de Segurança Pública da PMDF junto à administração federal e distrital, além de emendas parlamentares ou recursos oriundos de convênios ou acordos de <u>cooperação técnica</u> .	Em andamento
7.1.3	Valorizar as ações voltadas para o policiamento preventivo em todos os níveis, por meio de motivação pessoal, melhoria na escala de serviço e meios disponíveis (viaturas e equipamentos necessários).	Não iniciado
2.1.1	Criar e melhorar a infraestrutura e incentivo para os docentes e discentes (escalas, viaturas, alimentação, internet, computador, data show, entre outros).	Não iniciado
3.1.3	Planejar a longo prazo para a manutenção de efetivo e reposição de recursos humanos.	Não iniciado
3.1.2	Fomentar a utilização da gestão de Políticas de Segurança Pública utilizando como base a análise criminal.	Não iniciado
2.1.2	Prever a manutenção dos equipamentos à disposição das ações de promoção das Políticas de Segurança Pública.	Contínuo
12.1.1	Unificar as doutrinas de Direitos Humanos, de Polícia Comunitária e de Proximidade por meio da elaboração de manuais.	Não iniciado
5.1.1	Priorizar o processo de tomada de decisão e sugerir ao Comandante-Geral da PMDF medidas tecnológicas, equipamentos de uso individual e coletivo para a implementação de Políticas de Segurança Pública <u>direcionadas à qualidade de vida do profissional de segurança pública</u> .	Não iniciado
3.1.1	Propiciar baixa rotatividade dos gestores no âmbito do CPP.	Em andamento
7.1.5	Estipular critérios específicos para padronização de formulários e metodologias dos Projetos/Programas Sociais.	Em andamento



11.1.2	Normatizar a “Rede de Proteção Comunitária” no âmbito da PMDF, a fim de prevenir/reduzir a incidência de crimes.	Contínuo
2.1.6	Acompanhar e verificar o cumprimento do plano orçamentário e financeiro do CPP.	Parado
7.1.2	Promover celeridade nos processos com fixação de prazos a cada etapa de providência/resposta.	Contínuo
4.1.6	Realizar seminários, oficinas, simpósios e conferências, trazendo profissionais renomados na filosofia de polícia comunitária e de proximidade.	Não iniciado
2.1.4	Investir na confecção de termos de referência e projetos básicos para aquisição dos bens e serviços necessários à promoção das Políticas de Segurança Pública da PMDF.	Em andamento
9.1.2	Realizar gestões para adoção do modelo de polícia comunitária e de proximidade como filosofia governamental da segurança pública.	Em andamento
4.1.7	Incentivar os cursos, treinamentos, programas e projetos direcionados às atualizações e inovações.	Em andamento
7.1.14	Ampliar a divulgação dos programas e projetos de Políticas de Segurança Pública.	Em andamento
10.1.2	Propor ações institucionais para promoção do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3).	Não iniciado
8.1.4	Padronizar os discursos que envolvam representações institucionais por meio de políticas de produção e nivelamento de conhecimento.	Em andamento
10.1.4	Priorizar o processo de tomada de decisão para a implementação de Políticas de Segurança Pública direcionadas às pessoas com deficiência.	Não iniciado
4.1.10	Valorizar o conteúdo histórico, profissional e institucional por meio de divulgações em biblioteca digital (criar acervo digital).	Parado
13.1.1	Ministrar cursos e palestras de orientação e prevenção sobre segurança pública para a comunidade.	Contínuo



7.1.8	Desenvolver campanha interna de difusão e sensibilização sobre as questões relacionadas ao Gênero na PMDF.	Parado
2.1.5	Dotar a atividade de policiamento comunitário e de proximidade de frota automotiva.	Parado
4.1.5	Criar programa de capacitação em gestão de polícia comunitária e de proximidade para o efetivo policial militar.	Contínuo
7.1.13	Ampliar o atendimento aos alunos e pais das redes de ensino pública e privada do Distrito Federal por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).	Em andamento
10.1.3	Criar mecanismos de divulgação dos direitos do cidadão e orientações relativas à segurança pública.	Contínuo
7.1.6	Implementar critérios formais para a formação e capacitação do corpo técnico envolvido no desenvolvimento dos programas sociais preventivos de segurança pública.	Em andamento
10.1.1	Estabelecer parcerias com a sociedade civil para fomentar a defesa dos direitos humanos e cidadania.	Contínuo
5.1.2	Estimular a produção de conhecimento sobre relações de Gênero no âmbito institucional.	Não iniciado
9.1.1	Implementar o modelo de gestão integrada de segurança comunitária e de proximidade, com a participação dos Conselhos de Segurança Pública (CONSEG) e Núcleos Comunitários de Segurança (NUSEG).	Em andamento
4.1.4	Desenvolver e implementar programa de capacitação, com ensino presencial ou à distância, para todos os Policiais Militares na filosofia de polícia comunitária e de proximidade.	Em andamento
8.1.2	Desenvolver e implantar sistema de policiamento, por intermédio das Bases Comunitárias Móveis, para promover mediação de conflitos.	Cancelado
13.1.2	Desenvolver, em conjunto com a comunidade, projetos de cultura da paz.	Em andamento
4.1.3	Desenvolver e implementar programa de capacitação de Policiais Militares como multiplicadores de Polícia Comunitária.	Contínuo



6.1.2	Desenvolver campanhas educativas.	Em andamento
7.1.9	Criar sistema de estudos de caso e acadêmicos e nas áreas de direitos humanos, de polícia comunitária e de proximidade.	Não iniciado
8.1.3	Ampliar o atendimento às famílias envolvidas em contexto de violência doméstica e familiar pelo Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID).	Em andamento
6.1.1	Estabelecer parcerias para a formação de rede de informações com os profissionais da área de segurança privada e com a comunidade, a fim de prevenir a incidência de crimes.	Em andamento
2.1.3	Acompanhar as inovações tecnológicas na área de Políticas de Segurança Pública.	Em andamento
7.1.4	Criar formulários para recomendações e sugestões.	Em andamento
4.1.2	Desenvolver e implementar programa de capacitação de Policiais Militares no curso de Promotor de Polícia Comunitária.	Em andamento
8.1.1	Desenvolver e implantar programas e ações com foco em responsabilidade e sustentabilidade ambiental.	Em andamento
4.1.1	Desenvolver e implementar programa de Capacitação de Policiais Militares em policiamento orientado para o problema.	Contínuo
7.1.11	Ampliar o atendimento aos alunos e pais das redes de ensino pública e privada do Distrito Federal por meio do Programa de Educação Ambiental Lobo Guará (PREALG).	Em andamento
7.1.12	Ampliar o atendimento aos alunos e pais das redes de ensino pública e privada do Distrito Federal por meio do Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (GEPET).	Em andamento
6.1.3	Manter e ampliar campanhas relacionadas ao uso responsável do armamento.	Não iniciado
7.1.8	Ampliar o atendimento à comunidade por meio dos programas preventivos de segurança pública relacionados às artes marciais.	Em andamento



7.1.9	Ampliar o atendimento à comunidade por meio dos programas preventivos de segurança pública relacionados à melhoria da qualidade de vida.	Em andamento
7.1.10	Ampliar o atendimento à comunidade por meio dos programas preventivos de segurança pública relacionados aos esportes.	Em andamento
7.1.1	Criar e regulamentar o Escritório de Gênero no âmbito da PMDF.	Parado
11.1.1	Realizar cursos e palestras de orientação e de prevenção para profissionais de áreas específicas, como a de segurança privada.	Em andamento
7.1.7	Priorizar o processo de tomada de decisão do gestor.	Em andamento

Ordem	Iniciativas iniciadas e que não constam no PDPSP 2020-2023	Status
1	Regulamentação dos programas, projetos e ações sociais preventivos de segurança pública desenvolvidos no âmbito da PMDF	Concluído
2	Confecção de materiais gráficos, como folders e banners, com orientações sobre o PROVID.	Concluído
3	Aquisição de viaturas para o efetivo que atua no Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID) com recursos provenientes de emenda parlamentar e a serem destinados à PMDF por meio de possível convênio a ser celebrado entre a corporação e o MJSP.	Em andamento

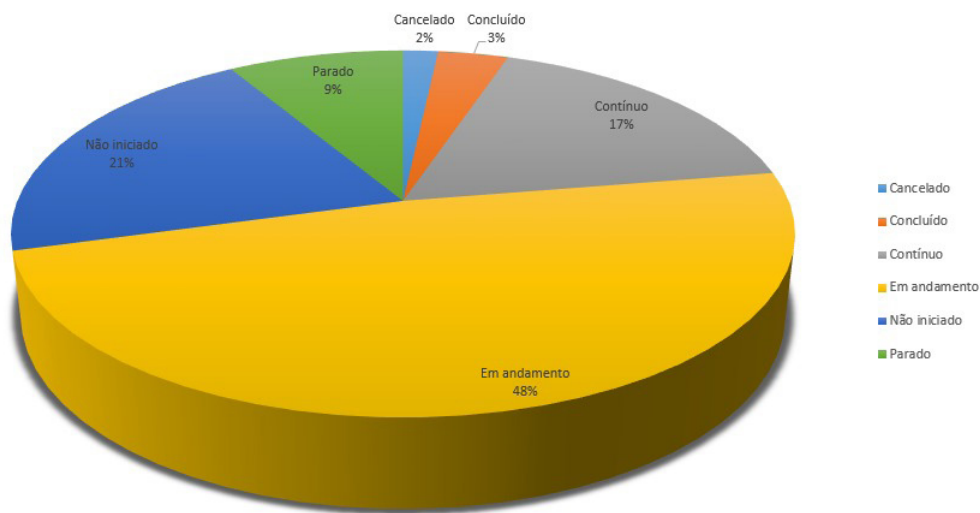


Gráfico do Status do PDPSP anterior.

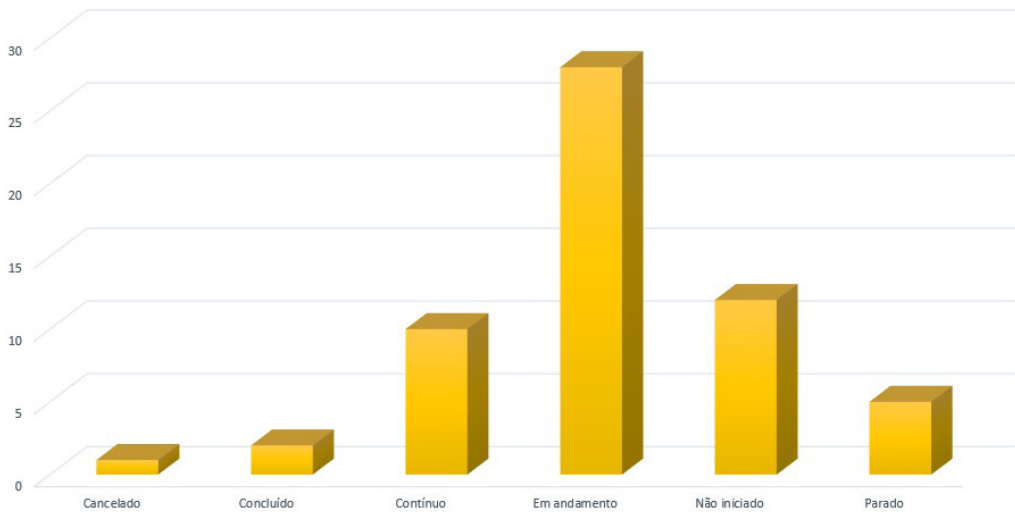
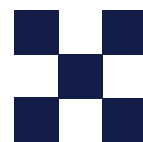


Gráfico do Status do PDPSP anterior.



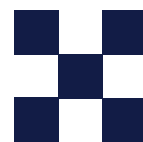
ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO





MAPA ESTRATÉGICO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

MISSÃO: Desenvolver, implementar e consolidar as políticas preventivas de segurança pública por meio da promoção dos Direitos Humanos e da filosofia de Polícia Comunitária.	
VISÃO: Ser reconhecido na PMDF e junto aos demais atores sociais como referência consultiva na implementação de políticas de segurança pública.	
SOCIEDADE	• Fomentar o respeito aos Direitos Humanos e as garantias constitucionais; • Melhorar a imagem institucional; • Aumentar a confiança da população em relação à PMDF; • Elevar a sensação de segurança da população.
PROCESSOS INTERNOS	• Aprimorar a gestão e as ferramentas de tecnologia da informação e comunicação; • Ampliar a aproximação com os atores sociais; • Otimizar o policiamento ostensivo e os programas preventivos; • Aprimorar a comunicação organizacional.
CRESCIMENTO E APRENDIZADO	• Estimular o desenvolvimento técnico-profissional e científico em segurança pública.
FINANCEIRA	• Assegurar os recursos orçamentários e extraorçamentários necessários.



OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS





SEÇÃO I - PERSPECTIVA FINANCEIRA

1. OBJETIVO: ASSEGURAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS

1.1 Estratégia: Aperfeiçoar o processo de gestão dos ciclos de recursos orçamentários e extraorçamentários

Iniciativas Estratégicas:

1.1.1. *Aperfeiçoar o processo de participação do CPSP na elaboração das demandas orçamentárias (propor a inclusão do CPSP como Coordenador Setorial de Orçamento – CSO).*

1.1.2. *Acompanhar a evolução financeira dos programas e projetos sob a sua gestão.*

1.1.3. *Elaborar projetos para a captação de recursos extraorçamentários para o desenvolvimento de atividades afetas a política de segurança pública.*

SEÇÃO II - PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E CRESCIMENTO

2. OBJETIVO: ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-PROFISSIONAL E CIENTÍFICO EM SEGURANÇA PÚBLICA

2.1 Estratégia: Ampliar a capacitação de oficiais na gestão organizacional

Iniciativa Estratégica:

2.1.1. *Desenvolver projetos de capacitação continuada para gestores, com foco nas políticas de segurança pública.*



2.2 Estratégia: Ampliar a capacitação dos policiais militares em atividades técnico-profissionais

Iniciativa Estratégica:

2.2.1. *Desenvolver projetos de educação técnico-profissional continuada em políticas de segurança pública.*

2.3 Estratégia: Fortalecer as atividades de educação e cultura

Iniciativas Estratégicas:

2.3.1. *Desenvolver pesquisas afetas à área de Direitos Humanos.*

2.3.2. *Realizar seminários, oficinas, simpósios e conferências relacionados às políticas de segurança pública.*

SEÇÃO III - PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS

3. OBJETIVO: APRIMORAR A GESTÃO E AS FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

3.1 Estratégia: Otimizar os sistemas de gestão

Iniciativas Estratégicas:

3.1.1. *Desenvolver ou adquirir soluções de sistemas e tecnologias da informação e comunicação para o apoio à gestão documental na área de políticas de segurança pública.*

3.1.2. *Aperfeiçoar o sistema de registro de atividades policiais com a inclusão de funcionalidades que contemplem as políticas de segurança pública.*

3.1.3. *Sistematizar as ferramentas de gestão das atividades do CPSP.*

3.1.4. *Formular indicadores de desempenho para a aferição da efetividade do PROVID e dos programas sociais preventivos de segurança pública.*



4. OBJETIVO: AMPLIAR A APROXIMAÇÃO COM OS ATORES SOCIAIS

4.1 Estratégia: Fortalecer programas e projetos sociais orientados à aproximação comunitária

Iniciativas Estratégicas:

4.1.1. Desenvolver projetos de cooperação com organizações governamentais e não governamentais em âmbito nacional e internacional.

4.1.2. Desenvolver, em conjunto com a comunidade, projetos de cultura de paz.

4.1.3. Desenvolver projetos de aproximação comunitária com enfoque na mediação e solução pacífica de conflitos.

4.1.4. Ampliar o atendimento das famílias em contexto de violência doméstica e familiar pelo PROVID.

4.1.5. Ampliar o atendimento dos programas, projetos e ações sociais preventivos de segurança pública.

5. OBJETIVO: OTIMIZAR O POLICIAMENTO OSTENSIVO E OS PROGRAMAS PREVENTIVOS

5.1 Estratégia: Implantar programa de modernização de estruturas e recursos

Iniciativas Estratégicas:

5.1.1. Demandar ao órgão competente a aquisição de veículos para o apoio às atividades de políticas de segurança pública.

5.1.2. Demandar ao órgão competente a aquisição de insumos para a execução dos programas sociais e das demais políticas de segurança pública.

5.1.3. Desenvolver projetos para a adequação das unidades policiais militares para a execução de políticas de segurança pública.



6. OBJETIVO: APRIMORAR A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

6.1 Estratégia: Preservar e fortalecer a imagem corporativa

Iniciativas Estratégicas:

6.1.1. Desenvolver projetos de aprimoramento das ações de comunicação organizacional com foco nas políticas de segurança pública.

6.1.2. Ampliar a divulgação das políticas de segurança pública desenvolvidas no âmbito da Corporação.

6.1.3. Desenvolver campanhas internas de difusão e sensibilização sobre as questões relacionadas ao gênero, ao racismo e a outras temáticas relativas aos grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

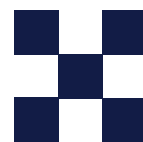
SEÇÃO IV- PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

7. OBJETIVO: FOMENTAR O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

8. OBJETIVO: MELHORAR A IMAGEM INSTITUCIONAL

9. OBJETIVO: AUMENTAR A CONFIANÇA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO À PMDF

10. OBJETIVO: ELEVAR A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA POPULAÇÃO



PRIORIZAÇÃO DAS INICIATIVAS DO PLANO DIRETOR





Critério de Priorização

As iniciativas estratégicas descritas ordenam-se conforme prioridade atribuída pela pontuação da Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência). Os pontos, atribuídos pelos integrantes responsáveis pela gestão do CPSP, são multiplicados e o valor classifica a prioridade da iniciativa.

PRIORIDADE	NÚMERO DA INICIATIVA	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO FINAL	SETOR RESPONSÁVEL	RESPONSÁVEL SECUNDÁRIO	INDICADOR
1	3.1.4	Formular indicadores de desempenho para a aferição da efetividade do PROVID e dos programas sociais preventivos de segurança pública.	57	SPROVID e SPAS	EM	S/N
2	4.1.4	Ampliar o atendimento das famílias em contexto de violência doméstica e familiar pelo PROVID.	49,57	SPTOVID	EM	% de famílias atendidas
3	3.1.1	Desenvolver ou adquirir soluções de sistemas e tecnologias da informação e comunicação para o apoio à gestão documental na área de políticas de segurança pública.	43,13	Chefia do CPSP	DITEL	S/N



4	3.1.2	Aperfeiçoar o sistema de registro de atividades policiais com a inclusão de funcionalidades que contemplem as políticas de segurança pública.	42,65	Chefia do CPSP	DITEL	S/N
5	3.1.3	Sistematizar as ferramentas de gestão das atividades do CPSP.	40,7	Chefia do CPSP	DITEL	S/N
6	2.1.1	Desenvolver projetos de capacitação continuada para gestores, com foco nas políticas de segurança pública.	37,7	Chefia do CPSP	DEC	S/N
7	6.1.3	Desenvolver campanhas internas de difusão e sensibilização sobre as questões relacionadas ao gênero, ao racismo e a outras temáticas relativas aos grupos sociais em situação de vulnerabilidade.	35,70	SDH	CCS	Quantidades de campanhas realizadas
8	5.1.2	Demandar ao órgão competente a aquisição de insumos para a execução dos programas sociais e das demais políticas de segurança pública.	35,35	Chefia do CPSP	DLF	S/N



9	2.2.1	Desenvolver projetos de educação técnico-profissional continuada em políticas de segurança pública.	34,39	Chefia do CPSP	DEC	Quantidade de projetos desenvolvidos
10	4.1.5	Ampliar o atendimento dos programas, projetos e ações sociais preventivos de segurança pública.	33,13	SPAS	DOP	% de pessoas atendidas
11	1.1.3	Elaborar projetos para a captação de recursos extraorçamentários para o desenvolvimento de atividades afetas a política de segurança pública.	33,04	SPROJ	EM	S/N Quantidade de projetos elaborados
12	5.1.1	Demandar ao órgão competente a aquisição de veículos para o apoio às atividades de políticas de segurança pública.	32,91	Chefia do CPSP	DLF	S/N
13	6.1.2	Ampliar a divulgação das políticas de segurança pública desenvolvidas no âmbito da Corporação.	31,6	Chefia do CPSP	CCS	% de divulgações realizadas (periodicidade anual)



14	1.1.1	Aperfeiçoar o processo de participação do CPSP na elaboração das demandas orçamentárias (propor a inclusão do CPSP como Coordenador Setorial de Orçamento – CSO).	31,39	Chefia do CPSP	EM	S/N
15	2.3.1	Desenvolver pesquisas afetas à área de Direitos Humanos.	31,26	SDH	DEC/ISCP	Quantidade de pesquisas realizadas (periodicidade bienal)
16	5.1.3	Desenvolver projetos para a adequação das unidades policiais militares para a execução de políticas de segurança pública.	29,17	SPAS	DINFRA	Quantidade de projetos realizados/ unidades que necessitam de adequação
17	1.1.2	Acompanhar a evolução financeira dos programas e projetos sob a sua gestão.	27,83	Chefia do CPSP	EM	S/N
18	2.3.2	Realizar seminários, oficinas, simpósios e conferências relacionados às políticas de segurança pública.	26,17	Chefia do CPSP	EM/CCS	Quantidade de eventos realizados (periodicidade anual)
19	6.1.1	Desenvolver projetos de aprimoramento das ações de comunicação organizacional com foco nas políticas de segurança pública.	25,09	Chefia do CPSP	EM/CCS	Quantidade de projetos realizados



20	4.1.3	Desenvolver projetos de aproximação comunitária com enfoque na mediação e solução pacífica de conflitos.	23,39	SPC	DOP	Quantidade de projetos realizados
21	4.1.1	Desenvolver projetos de cooperação com organizações governamentais e não governamentais em âmbito nacional e internacional.	22,87	Chefia do CPSP	EM	Quantidade de projetos realizados
22	4.1.2	Desenvolver, em conjunto com a comunidade, projetos de cultura de paz.	21,04	SDH	DOP	Quantidade de projetos realizados



Nossos canais de comunicação



FACEBOOK
/PMDFOFICIAL



YOUTUBE
@PMDFOFICIAL



X (EX-TWITTER)
@PMDFOFICIAL



INSTAGRAM
@PMDFOFICIAL



TIKTOK
@PMDFOFICIAL



SITE
PORTAL.PM.DF.GOV.BR

OUVIDORIA

Endereço: Setor Policial - SPO AE
Conjunto 04, Anexo do QCG - PMDF
Brasília - DF, CEP 70.610-200

Horário: Segunda a quinta, das 07 às 19h
e as sextas-feiras das 07h às 13h.

Telefones: (61) 3190.7709 e 3190.7710.



POLÍCIA MILITAR
DISTRITO FEDERAL

MUITO MAIS QUE SEGURANÇA!